

REQUALIFICAÇÃO DO PERÍMETRO DA FAVELA DO JARDIM EDITH EM SÃO PAULO: PERCEPÇÕES INICIAIS SOBRE A HOSPITALIDADE NO ESPAÇO URBANO¹

RECOVERY OF THE PERIMETER OF THE SLUM JARDIM EDITH IN SÃO PAULO: INITIAL INSIGHTS ON HOSPITALITY IN URBAN AREA

Airton José Cavenaghi*
Luciana Lagares Gonzalez**
Maria Ângela Cabianca***

Resumo

Este artigo aborda a formação da favela do Jardim Edith, na cidade de São Paulo, e o projeto Operação Urbana Consorciada Água Espreada. Este teve como objetivo principal a revitalização da região da antiga Avenida Água Espreada, atual Avenida Jornalista Roberto Marinho, que incluía a favela do Jardim Edith. Ao longo deste estudo também será abordado o investimento especulatório de um grande grupo imobiliário na região, na década de 70 do século XX. Para a análise crítica proposta, utilizou-se de pesquisa bibliográfica relacionada aos espaços urbanos e os conceitos de segregação urbana, discutido por Rolnik (2012); a hospitalidade nos espaços urbanos proposto por Grinover (2007); a legibilidade do lugar, proposta por Lynch (2011); a historicidade do recorte geográfico, abordado por Frúgoli Jr. (2000); além de documentos oficiais da Prefeitura do Município de São Paulo, dentre outros. Com este trabalho busca-se expor a possibilidade da reurbanização associada à inclusão, os conflitos gerados a partir de grandes mudanças urbanas e sociais e o papel da hospitalidade em espaços urbanos, que envolve o poder público, empresários, comunidade e beneficiados.

Palavras-chave: Hospitalidade. Urbanismo. Requalificação. Favela. São Paulo.

¹ Este artigo vincula-se aos resultados iniciais da pesquisa em desenvolvimento: "Alterações do espaço urbano da Vila Olímpia (2000-2013)"; locada no Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi-SP.

* Doutor em História Social. Docente da Universidade Anhembi Morumbi (SP).
✉ acavenaghi@gmail.com

** Mestranda em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi (SP).
✉ luciana_lagares@hotmail.com

*** Doutora em Saúde Ambiental. Docente na Universidade Anhembi Morumbi (SP).
✉ maia.cabianca@gmail.com

Abstract

This article discusses the formation of Jardim Edith's slum, in the city of São Paulo, and the project Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, which is aimed to revitalize the region of the former Água Espraiada Avenue, current Jornalista Roberto Marinho Avenue, which included Jardim Edith's slum. Later on, this study will address the speculator investment of a large real estate group in the region in the 70s of the twentieth century. For the critical analysis proposed, this study used literature related to urban spaces and concepts of urban segregation, discussed by Rolnik (2012); hospitality in urban spaces proposed by Grinover (2007); readability of place, proposed by Lynch (2011); the historicity of clipping geographic approached by Frúgoli Jr. (2000), as well as official documents of the Municipality of São Paulo, among others. This work is focused on exposing the possibility of redevelopment related to inclusion, the conflicts generated out of from large urban and social changes and the role of hospitality in urban spaces, involving government, entrepreneurs, community and beneficiaries.

Key word: Urbanism. Hospitality. Recovery. Slum. São Paulo.

1 Introdução

As interpretações relacionadas na identificação da hospitalidade urbana e a análise de suas manifestações proporcionam o entendimento de situações coletivas que envolvem os indivíduos no cotidiano vivenciado em uma cidade. Essa vivência envolve a compreensão de situações de conflitos, sejam elas sociais, políticas econômicas. Compreender a cidade na atualidade significa pensá-la desde sua designação primitiva, nas quais se manifestavam as noções de organização e controle dos poderes constituídos.

A barbárie encontrava-se no lado externo dos muros protetores da antiga urbe. Para participar da convivência coletiva da cidade, era necessário compactuar com esses poderes gestores internos. Esta interpretação é encontrada em Léonard-Roques (2011), quando são discutidas as ideias de *Cidade-Refúgio* e *Cidade ideal*. Tal fato não se modificou, e a percepção da hospitalidade urbana na contemporaneidade encontra-se em tentar se ver, como cidadão, neste atual

espaço urbano, cujos conflitos e suas interpretações são resultados de semelhante jogo de forças que movimentam os grupos humanos desde sua formação inicial em comunidades urbanas.

Neste aspecto, este artigo analisa o processo de reurbanização da área do antigo córrego Água Espaiada (foco central do projeto “Operação Urbana Consorciada Água Espaiada”), a formação e o desenvolvimento da favela do Jardim Edith e a relação de hospitalidade entre atores envolvidos nessa ação, ou seja, moradores de áreas invadidas, os empresários da região, o poder público e os moradores do bairro do Brooklin, que sofrem ainda consequências diretas desse projeto.

2 Formação da Favela do Jardim Edith

Em 1964, o então prefeito da cidade de São Paulo, Prestes Maia, promulgou uma lei de melhoramento urbano que ocasionou a desapropriação de diversos terrenos no entorno do córrego Água Espaiada, na região sul da Cidade, para a construção de uma avenida de 60 metros de largura e sete mil metros de extensão. Entretanto, no início da década de 70 do século XX, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), reformulou o projeto para que essa nova avenida passasse a fazer parte de um minianel viário, ligando a Marginal do Rio Pinheiros à Rodovia dos Imigrantes. Essa ação permitiria o acesso das cidades do interior do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, no litoral, o que auxiliaria o escoamento da produção agrícola (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1964).

Na mesma década de 70, a Câmara Metropolitana de Transportes alterou o projeto que estava em execução, transferindo esse minianel viário para a Avenida Roque Petroni, permitindo, assim, que os terrenos desapropriados ao longo do córrego Água Espaiada ficassem sem uso. Este fato ocasionou sua invasão por famílias sem teto, e iniciou-se, então, a formação da Favela do Jardim Edith (FIX, 2001).

Toda a região de várzea do Rio Pinheiros, durante décadas, foi considerada pantanosa e de baixo valor imobiliário. Esta característica foi modificada pela ação de dois empresários que, aproveitando-se de informações privilegiadas – ou seja, de que ocorreria uma valorização em toda a extensão do Rio –, compraram 30 terrenos nas proximidades de onde estava se formando a favela do Jardim Edith e iniciaram ali um novo centro capitalista da Cidade (FRÚGOLI JR., 2000).

No ano de 1995, ao longo de toda a extensão do então córrego Água

Espraiada, havia 68 núcleos de favelas com uma população superior a 50 mil pessoas. Fazendo parte desse montante estava a Favela do Jardim Edith, situada entre a Avenida marginal do Rio Pinheiros e a Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini. A favela ocupava um terreno de 68 mil metros quadrados e era composta por 3 mil famílias, cerca de 12 mil moradores (FIX, 2001).

3 A especulação imobiliária: um projeto de urbanização e a criação de um novo centro comercial na cidade de São Paulo

A deterioração da região central da cidade São Paulo, que inviabilizava a instalação de novas empresas, o excesso de prédios comerciais na região da Avenida Paulista, que tornava alto o valor de locação, além da escassez desses espaços, fizeram com que os empresários da década de 70 do século XX passassem a ocupar a região Sudoeste da Cidade. Nesse local, além dos baixos valores para construção de edifícios para locação, o fácil acesso ao Aeroporto de Congonhas e das vias rápidas, como a Marginal do Rio Pinheiros, esperava-se uma rápida valorização imobiliária na região (FRÚGOLI JR., 2000).

Os empresários Roberto Bratke e Francisco Collet perceberam esse deslocamento empresarial rumo à região Sul da Cidade e, de posse de informações privilegiadas (a valorização dos terrenos no entorno do Rio Pinheiros; fato que não era divulgado para a população), adquiriram, entre os anos de 1974 e 1976, 30 terrenos (a valores baixos de compra) na extensão do Rio Pinheiros, limitados ao bairro do Brooklin, entre as avenidas Bandeirantes e Roque Petroni (FRÚGOLI JR., 2000).

Segundo Fix (2001) em 1987, 22 dos 24 edifícios prontos na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini (avenida paralela à Marginal do Rio Pinheiros) haviam sido construídos pela empresa Bratke Collet. A estratégia de valorização urbana da região vinculou-se à maneira como os edifícios comerciais iniciais foram construídos, ou seja, com grandes distâncias entre si para, assim, valorizar os terrenos no entorno.

Paralelamente a esta situação, que forçava a Cidade à criação de um novo centro comercial, na gestão do prefeito Jânio Quadros (1985 a 1988), foi retomado um antigo projeto de reurbanização da região do córrego Água Espraiada, com revisões relacionadas às áreas ocupadas e canalização a céu aberto do córrego. Posteriormente, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989 a 1992), o projeto

ainda não havia sido iniciado, possibilitando ser novamente revisado. Ainda segundo Fix (2001), essa revisão foi realizada com a proposta de Operação Urbana, ou seja, seriam realizadas intervenções no sistema de drenagem, no sistema viário e na realocação dos moradores das favelas que foram criadas ao longo do córrego durante as quase duas décadas de abandono. Acreditava-se que, assim, os investimentos para a região viriam da iniciativa privada, que perceberia a potencial valorização com as obras de melhoria.

A intenção da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) era criar uma avenida para tráfego local, evitando, com isso, a circulação de caminhões pesados no sentido do Porto de Santos. Essa avenida teria linhas sinuosas e arborizadas, formando sete parques lineares, o que valorizaria todos os imóveis em sua extensão. Da mesma maneira, a EMURB pretendia construir conjuntos habitacionais para realocar os favelados, sem retirá-los do “quadrilátero” no qual viviam. Entretanto, o projeto não foi executado e, com a nova gestão do prefeito Paulo Maluf na prefeitura da cidade de São Paulo (1993 a 1996), foi novamente revisado e alterado (FIX, 2001).

O prefeito Paulo Maluf, no início de sua gestão, retirou o Projeto da Câmara e enviou-o à EMURB para que fosse alterado o traçado da Avenida, que não seria mais uma via local, arborizada e que acolheria de maneira satisfatória os conjuntos habitacionais para os moradores das favelas, mas, sim, uma via expressa que ligaria a Marginal do Rio Pinheiros à Rodovia dos Imigrantes, o que ocasionaria uma série de desapropriações. Ainda pelas análises de Fix (2001), a EMURB apontava a degradação da região por considerar o tráfego pesado de caminhões um poluidor atmosférico e sonoro. Não tendo como convencer o prefeito Paulo Maluf a retornar ao traçado e ao objetivo anteriores, foi adotada uma ação paliativa, com a criação de uma faixa entre as vias expressas e locais da nova Avenida, com árvores para absorver o ruído e a poluição.

Na imagem a seguir, é possível observar as modificações urbanas sofridas pela região.



Figura 1 – Comparação entre Av. Eng. Luiz C. Berrini em 1980 e 2002

Fonte: Apolo11, 2010

Com a possibilidade de degradação e, conseqüentemente, desvalorização imobiliária, os empresários da região, dentre eles Roberto Bratke, da Bratke-Collet; Luiz Eduardo Pinto Lima, do Unibanco; os representantes do World Trade Center, Shopping D&D e hotel Meliá e a Biesp (Bolsa de Imóveis de São Paulo), dentre outros, criaram a Associação de Promoção Habitacional e Social, com o intuito de colaborar para a construção de moradias populares para os moradores das favelas instaladas no entorno de seus empreendimentos. Isso possibilitaria, assim, melhores condições de negociar com a Prefeitura as benfeitorias que os privilegiaria (FRÚGOLI JR., 2000).

Neste aspecto não se observou apenas uma ação social, mas sim um interesse na valorização imobiliária vinculada a essas transformações. Associa-se a isso, o fato de que os moradores da favela do Jardim Edith já ocupavam os terrenos do entorno das avenidas Berrini e futura Água Espraiada há mais de 10 ou 20 anos. Esta situação dava-lhes o direito, pela lei de usucapião, à posse oficial dos terrenos; portanto, a Prefeitura não poderia simplesmente expulsá-los.

De posse dessa importante informação, a Associação de Promoção Habitacional e Social, arrecadou, entre os empresários da região da Avenida

Engenheiro Luiz Carlos Berrini, o montante de 8 milhões de reais (na época) para realocar as famílias moradoras da favela do Jardim Edith. Porém, esse valor não era suficiente para realizar as obras de construção de conjuntos habitacionais para todos os moradores da favela, já que contemplava somente 12% dos moradores do Jardim Edith e 4% de todas as favelas envolvidas na intenção de remoção definitiva, conforme o projeto. Além da ação não contemplar a todos, os conjuntos habitacionais foram construídos na periferia da Zona Sul da Cidade, no Jardim Educandário, a cerca de 16 quilômetros de onde estava a favela do Jardim Edith, o que contrariava o projeto original (FIX, 2001).

Esta costumeira ação de enviar para a periferia da cidade as pessoas de baixas classes sociais é abordada por Rolnik (2012) ao relatar a segregação espacial imposta pelas classes dominantes.

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a esse movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (ROLNIK, 2012, p. 45)

Então, não haveria como manter os moradores das favelas neste novo bairro do Brooklin, pois os interesses empresariais, financeiros e imobiliários dominavam o dia a dia dos moradores, forçando-os de maneira indireta a não se sentirem parte desse espaço, como é possível verificar nas análises de Fix (2001).



Figura 2 – a favela do Jd. Edith e, ao fundo, os grandes prédios empresariais

Fonte: Arruda, 2008

Durante o período relatado (1993-1996) o Projeto Operação Urbana Água Espreada foi deixado de lado, pois outra região estava sendo contemplada com as melhorias urbanas de uma Operação Urbana Consorciada, a Avenida Brigadeiro Faria Lima. Desta forma, o foco de benfeitorias e valorizações estava totalmente voltado para este projeto, o que significava que, caso se investisse em outra região, poder-se-ia criar uma competição. Isso não interessava à Prefeitura e nem aos empresários ligados a incorporações, construções e comercializações de empreendimentos imobiliários. Além desta questão empresarial existia a questão social da retirada de todos os moradores da Favela do Jardim Edith, que implicaria um investimento de 215 milhões de reais (81 milhões e 43 mil euros), dinheiro este de que a Prefeitura, naquele momento, não dispunha (FIX, 2001).

No ano de 1995, em meio às incertezas relacionadas aos projetos urbanos, segundo Pessoa e Bógus (2008), o poder público junto com a iniciativa privada instituíram a Lei 11.732 (Operação Urbana Consorciada Faria Lima) e, em 2001, a Lei 13.260 (Operação Urbana Consorciada Água Espreada), que tiveram como objetivo a reestruturação urbana da região Sudoeste da Cidade de São Paulo, para gerar qualidade de vida e um controle e regulamentação da ação imobiliária. Entretanto, Pessoa e Bógus (2008) fazem uma crítica à ação relacionada a essas Leis, pois, costumeiramente, os beneficiados com esses projetos urbanos seriam os mercados fundiários, imobiliários e financeiros, assim como a elite dominante.

Essa ação legislativa excluiu a população de baixa renda, e a expulsou para as regiões periféricas da Cidade, sem acesso a serviços de qualidade (como educação, saúde e transporte coletivo), distante dos bairros elitizados e, conseqüentemente, dos seus locais de trabalho. As Leis 13.260/2001 e 15.416/2011 são específicas para o projeto “Operação Urbana Consorciada Água Espreada”, que contempla o sistema viário e de transporte coletivo, o tratamento paisagístico do entorno e a construção de moradias populares para a população de favelas, num total de 3.750.000 m², segundo PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP) - (2011). Para a estruturação do projeto, foi definida a extensão da Avenida Água Espreada, atual Avenida Jornalista Roberto Marinho, com a implantação de vias locais nas laterais da Avenida e a construção de uma ponte (Octávio Frias de Oliveira) para interligar esta Avenida às margens direita e esquerda do Rio Pinheiros, reduzindo o tráfego da região (PESSOA; BÓGUS, 2008), conforme imagem apresentada a seguir.

assentamento definitivo das famílias atingidas pelas obras e outras intervenções previstas nesta lei, no perímetro desta Operação Urbana Consorciada.

Entretanto, novamente, como cita Fix (2001) na mudança de prefeitos, os projetos foram revisados, alterados ou paralisados. Após a revisão do Plano Diretor, o atual prefeito da cidade de São Paulo (Fernando Hadad) decidiu, após reunião com representantes da população, alterar a prioridade das obras da Operação Urbana Água Espreada. A construção do túnel que ligaria a Avenida Jornalista Roberto Marinho à Rodovia dos Imigrantes, ainda hoje, encontra-se paralisada, e a prioridade passou a ser a construção de residências populares já contidas no Projeto, assim como a extensão da Avenida Chucri Zaidan, até a Avenida João Dias (PMSP, 2013).

A construção do Condomínio Jardim Edite em uma das esquinas mais valorizadas do Brasil (Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini com Avenida Jornalista Roberto Marinho) conta com 249 unidades habitacionais, divididas em dois tipos: um com cinco pavimentos, cujas unidades possuem 50m², dois quartos, sala, cozinha e banheiro; e o outro tipo, com três torres que possuem unidades de 52m² com o mesmo número de cômodos. Neste condomínio estão sendo construídas, ainda, uma creche, uma assistência médica ambulatorial (AMA), uma unidade básica de saúde (UBS) e uma escola de gastronomia. Todo o complexo possui saneamento básico, e a previsão de ocupação pelos antigos moradores da favela estava prevista para o mês de novembro de 2012 (PMSP, 2010).



Figura 4 – Residencial Jardim Edith (em construção)

Fonte: 28/10/2012 – os autores - arquivo pessoal

4 A hospitalidade nos espaços urbanos

Para Grinover (2007), a hospitalidade da cidade está diretamente relacionada com as paisagens urbanas, bem como pela organização dos lugares nela inseridos. Tratar do tema território faz emergir a discussão de lugar e local, resgatando então, os valores de pertencimento, vitais para o ser humano viver em sociedade.

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. (LYNCH, 2011, p. 01)

Com base nessa afirmação de Lynch, é possível concluir que, ao caminhar por um determinado local, todos os sentidos de um indivíduo são postos a trabalho, assim como as lembranças do passado surgem para auxiliar esse indivíduo em prol de sua proteção. São as experiências vividas que formam as percepções e os conceitos naquele momento; ou seja, vão muito além somente da imagem concreta que se apresenta.

Sendo assim, para analisar o novo espaço onde serão inseridas as pessoas da antiga Favela do Jardim Edith, apresentam-se os conceitos das dimensões da hospitalidade definidas por Grinover (2007). A primeira dimensão a ser tratada é a *acessibilidade*, que permite o acesso do indivíduo ou de grupos de indivíduos aos serviços ou às atividades presentes em uma cidade, e que deve proporcionar as mesmas oportunidades a todos.

A acessibilidade pode estar relacionada à utilização dos equipamentos urbanos² e à capacidade de esses equipamentos atenderem a todos, ou ainda, ao acesso aos meios de transporte e a utilização do solo. Da mesma maneira, a acessibilidade socioeconômica deve ser contemplada levando-se em consideração a distribuição de renda dos usuários e moradores desse espaço.

Costumeiramente, ao tratar-se da acessibilidade, abordam-se as questões tangíveis, como de infraestrutura, sistema de transportes e espaços públicos. Porém, no âmbito da cidadania, a acessibilidade está – ou deveria estar – presente no que diz respeito ao acesso do indivíduo a este espaço, a esta sociedade. Permitir que o indivíduo viva com dignidade, com acesso a saneamento básico, educação, trabalho, saúde e lazer também são situações de acesso ao meio no qual se vive.

² Equipamentos urbanos são, segundo a norma brasileira NBR 9284, todos os bens públicos ou privados de utilidade pública, destinados à prestação de serviço para garantir o funcionamento da cidade. Como exemplo: abastecimento de água, energia elétrica, serviços de captação de esgotos, parques, praças etc.

Ao criar os indicadores de acessibilidade, segundo Grinover (2007, p. 136), é preciso perguntar e responder a questões como: “[...] acessibilidade para quem?, vinda de onde?, indo para onde?, em que momento?... Dessa maneira, o acesso à cidade para todos os habitantes é o conceito básico que orienta qualquer possibilidade de uma política urbana.”

A aplicação dos conceitos de acessibilidade não tangíveis, como cultura e educação, permite que a cidade seja o estímulo da aproximação entre as pessoas, o que possibilita a interação social e define o espaço urbano como pertencentes a todos, tornando-se acessível. “Faz parte da cidadania a incorporação do território como espaço não só de habitação, mas também de vivência e convivência” (GRINOVER, 2007, p. 142).

A segunda dimensão da hospitalidade nos espaços urbanos, apontada por Grinover (2007) é a *legibilidade*, também tratada por Lynch (2011). Para Grinover (2007, p. 18), “[...] por legibilidade entende-se a qualidade visual de uma cidade, de um território, examinada por meio de estudo da imagem mental que dela fazem, antes de qualquer outro, os seus habitantes”.

Ainda para o Grinover (2007), bem como para Lynch (2011), a legibilidade está relacionada com a facilidade mental de o indivíduo organizar as partes de uma cidade, compreendendo o todo. Ou seja, para que esta facilidade seja possível, é necessário que a cidade se apresente de maneira coerente para os seus moradores e usuários.

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação. A necessidade de reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo. (LYNCH, 2011, p. 4)

O ordenamento de um espaço urbano, com seus marcos, edifícios, áreas de comércio, extensões de ruas, aclives, declives e praças podem auxiliar a imagem que um indivíduo faz deste espaço, permitindo a ele ter facilidades de encontrar o que deseja e de ter a segurança de saber onde está.

A terceira e última dimensão abordada por Grinover (2007) está relacionada à *hospitalidade* nos espaços urbanos, é a identidade. De acordo com o Grinover (2007), a identidade é formada ao longo dos anos, pois o indivíduo relaciona-se com o espaço de diversas maneiras e em diversos momentos, podendo assim, alterar uma convicção inicial a respeito de um mesmo local. Porém, para a formação desta identidade, o espaço necessita de matérias-primas complexas, que se completam, como a geografia deste espaço, a biologia, a arquitetura, a cultura e os indivíduos. A necessidade de se manter local, sem abandonar o global é, segundo o autor, um desafio para as cidades atuais, pois existe a tendência a padronizações. Entretanto, uma cidade, por exemplo, deve manter suas diferenças como parte de sua identidade e também basear-se no global para atender aos diversos indivíduos que se utilizam deste espaço.

Considerações parciais

A hospitalidade é estudada, ao longo do tempo, por diversos pesquisadores, como Baptista (2008) e Camargo (2004), dentre outros. Cada um deles define a hospitalidade com base em seus estudos e vivências, mas aquilo com todos concordam é que a hospitalidade somente ocorre quando dois ou mais indivíduos se relacionam.

No contexto abordado neste estudo, o conceito de inserir o outro em seu espaço é o mais adequado, pois, diante deste bairro, o “novo” Brooklin, que se apresenta para a sociedade, as relações de hospitalidade serão, muito provavelmente, diferentes das relações vividas pelos moradores da antiga favela do Jardim Edith em anos anteriores, entre si. Fato diferenciado ocorrerá com os moradores que não foram obrigados a deixar suas moradias, que permaneceram no Bairro, acompanharam suas transformações e passaram a viver sem a presença dos barracos da favela.

Como abordado anteriormente, as dimensões da hospitalidade estarão presentes em um mesmo espaço, porém com características diferentes daquelas vividas quando esse espaço era uma área invadida, sem saneamento básico, infraestrutura minimamente adequada, acesso a transporte coletivo ou a educação.

O Projeto em questão busca criar uma relação de hospitalidade entre esses atores, com a reinserção dos antigos “favelados” a um ambiente organizado e com infraestrutura, equipamentos de saúde, educação e profissionalização, bem

como espaços para o lazer. Assim, minimizar-se-iam as possibilidades do ócio negativo, ou seja, pessoas que passam maior parte do seu tempo sem uma atividade voltada para a contribuição pessoal ou social, o que gera o sentimento de exclusão e inferioridade social.

Diante dos relatos anteriores, é possível constatar que a cidade de São Paulo necessita de projetos urbanos que tenham a participação dos setores privados, pois o governo não possui condições financeiras e políticas que viabilizem, por si só, com sucesso, a realização de uma requalificação urbana.

Da mesma maneira, os relatos apontam para uma necessidade de maturidade na abordagem dos temas sociais relacionados a esses projetos, pois a solução para a remoção de famílias de um espaço que será reurbanizado não está na ditadura da expulsão. O sucesso do projeto está na responsabilidade compartilhada de todos os envolvidos, para que, em consenso, encontrem a melhor alternativa que durante anos manterá a vida de muitas famílias sem definição. A reinserção dessas pessoas em um novo local no mesmo espaço em que viviam anteriormente requer tempo, e a alocação em outro local deve oferecer minimamente as mesmas condições que elas possuíam anteriormente, além de investimentos financeiros e conciliação para um convívio equilibrado e amistoso.

Referências

APOLO 11. Apolo 11, 2010. Disponível em: <http://www.apolo11.com/display.php?imagem=imagens/2010/av_berrini_1980_2002_big.jpg>. Acesso em: 10 out. 2012.

ARRUDA, E. *Flickr*. 2008. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/____dinho/2315987035/>. Acesso em: 16 ago. 2012.

BAPTISTA, Isabel. *Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares*. Revista Hospitalidade, São Paulo, n. 5, p. 5-14, dezembro, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1964. Disponível em: <<http://camaramunicipal.sp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L6591.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

CAMARGO, Luiz. Octávio De Lima. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO. (Prefeitura de São Paulo) *Estudo de viabilidade econômico – financeiro CEPAC - Relatório final*. 2008. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/cepac/oucae_estudo_de_viabilidade.pdf>. Acesso em: 09 out. 2012.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez; EDUSP, 2000.

GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LÉONARD- ROQUE, Veronique. Cidade-Refúgio. In: MONTANDON, Alain (Org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

CHIOVETTI, Simão Pedro. *Simão Pedro* (Deputado Estadual). 2012. Disponível em: <<http://simaopedro.com.br/moradores-do-jardim-edith-conquistam-uma-das-esquinas-mais-caras-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

PESSOA, Laura C. Ribeiro e Bógus, Lúcia M. Machado. *Operações Urbanas – Nova forma de incorporação imobiliária: O caso das Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima e Água Espreiada*. São Paulo. Cadernos Metrópole, 2008.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretaria/subprefeituras/ipload/pinheiros/arquivos/LEI 13 260 01.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretaria/subprefeituras/ipload/pinheiros/arquivos/LEI%2013%20260%2001.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Operações Urbanas fnancia habitações de interesse social*, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=42022>. Acesso em: 01 out. 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo, 22 jun. 2011. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/agua_espraiada/index.php?p=30994>. Acesso em: 10 out. 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Executiva de Comunicação *Nota de esclarecimento: operação urbana água espraiada*, 2013. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=151641>>. Acesso em: 02 set. 2013.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*, 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.